

A ATUAÇÃO DO POLICIAL DE RÁDIO PATRULHAMENTO FRENTE AOS CONFLITOS SOCIAIS EM NOVA MUTUM-MT

Cleberon Rodrigues¹
Paula Regina Peixoto²

RESUMO

Este trabalho foi inspirado a partir da leitura do artigo: "O serviço policial, os conflitos sociais e o foco de atuação do policiamento de rádio patrulha em Cuiabá", onde foram constatados que um dos motivos da alta insatisfação da população com o atendimento policial militar aos seus conflitos sociais (criminais e não criminais) adveio do descaso e desinteresse que os policiais demonstrados durante o atendimento na ligação ou mesmo pela busca por atendimento feito por aqueles que foram frustrados/vitimados em seu direito de segurança. Logo, motivados pela necessidade de conhecer a percepção da tropa do município de Nova Mutum quanto a mesma pauta, optamos por realizar uma pesquisa similar à do artigo supracitado, fazendo um comparativo, pois, mesmo se tratando de um município menor ele apresenta problemas de ordem pública iguais a de grandes cidades brasileiras.

Palavras-chaves: *Conflitos sociais - rádio patrulha - ordem pública.*

ABSTRACT

This work was inspired from reading the article: "The police service, social conflicts and focus patrol radio policing operations in Cuiaba" where were observed that one reason for the high dissatisfaction of the population with the military police assistance its social conflicts (criminal and non-criminal) came from the neglect and indifference that officers demonstrated during treatment in the connection or even the search for support through the one that have been frustrated/victimized in their right to security. So, motivated by the need to know the perception of the troops in the city of Nova Mutum as the same agenda, we decided to conduct a similar survey to the aforementioned article, making a comparison because, even when dealing with a smaller municipality it presents order problems public alike to large cities.

Keywords: *Social conflicts - police patrol - public order.*

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/ 1998). Especialista em Gestão em Segurança Pública (APMCV/ Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/ 2008).

² Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV/ 1998). Especialista em Gestão em Segurança Pública (APMCV/ Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/ 2008).

INTRODUÇÃO

Mesmo com o passar dos anos o ser humano continua a preocupar-se com sua segurança, a ponto de manter-se preso, ora sozinho ora aquartelado com sua família. Contudo, os criminosos estão cada vez mais audazes, e quando se sofre um crime ou está passando por uma demanda não criminal (acidente de trânsito, atrito verbal, etc.), o primeiro intuito é de pedir auxílio da Polícia Militar.

Sendo o policial militar aquele que chega ao local da solicitação de atendimento da demanda, este é visto pela(s) vítima(s) como sendo a personificação da Justiça, logo, se ele demonstra-se desinteressado e mal educado frente o problema da sociedade, cria na população um sentimento de rejeição e insatisfação para a instituição Polícia Militar.

Esse descontentamento foi comprovado em Cuiabá, aliando-se aos conhecimentos do atual modelo de policiamento reativo/repressivo junto com as conclusões da pesquisa realizada por um Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, donde foi identificado que tal problema derivou da combinação do aumento de ocorrências criminais e rejeição da tropa cuiabana em atender as não criminais.

Dessa premissa surgiu o interesse em saber se a tropa de rádio patrulha de um município menor, com características diferentes da Capital do Estado (contato maior entre policiais militares e sociedade local, índices menores de violência, etc.) apresentaria uma percepção igual ou divergente da apresentada em Cuiabá, pelos policiais militares de rádio patrulhamento quanto ao atendimento das ocorrências sociais, em especial, às não criminais.

Na elaboração e confecção do presente artigo foi necessário apoiar os esforços em técnicas de formação do conhecimento científico, assim sendo, primeiramente utilizado o método hipotético-dedutivo como o método de abordagem e como procedimento os métodos: histórico, estatístico, funcionalista, além da metodologia qualitativa e quantitativa que poderão ser vistos a partir da segunda seção deste estudo.

A coleta de material foi realizada ainda por meio das pesquisas bibliográficas, baseadas em outros artigos científicos e livros que tratavam da mesma temática, além da pesquisa de campo realizada no município de Nova Mutum.

Este estudo começa formando um enredo sobre a evolução histórica da Polícia no mundo, de sua essência, e de sua função no Brasil.

Depois de um preâmbulo a respeito do surgimento do município de Nova Mutum, de fato, inicia-se a proposta deste trabalho com exposição de dados estatísticos colhidos na seção administrativa do 26º Batalhão de Polícia Militar em Nova Mutum e compilados a partir das respostas dos policiais militares ao questionário aplicado a 21 policiais de uma população de 32 policiais militares que compõe àquela unidade policial militar.

Mesmo que os problemas mais graves, descobertos no cenário de Cuiabá não tenham sido repetidos em Nova Mutum, parte dos questionamentos feitos no projeto de pesquisa, em especial, na percepção do policial quanto as ocorrências criminais e não criminais e os motivadores resultou em conhecimento simplório e calmante, logo, escrever sobre este assunto foi muito gratificante, por conseguinte, resta-nos desejar uma boa leitura.

O PAPEL DA POLÍCIA: UMA VISÃO HISTÓRICA

Desde a pré-história, o homem vivia num estado de barbárie, onde o mais forte dominava o mais fraco e passava a deter o poder. E, a fim de se proteger o homem passou a viver em bandos, a partir disso foi necessário estabelecer regras com intuito de tornar possível a convivência para a manutenção da ordem.

Os egípcios e hebreus, na Grécia Antiga, quando se trata das antigas civilizações de Roma encontramos seguimentos sociais encarregados em desempenhar atividades e ações de Polícia, a exemplo do recenseamento, Governo da cidade e policiamento, mas nem sempre eram taxados de polícia.

Segundo Lazzarini (1987, p. 20), o vocábulo “Polícia” é derivado do latim, e que procedia do grego, tendo, então o sentido de organização política; de sistema de Governo ou mesmo de Governo.

Assim sendo, na sociedade da Grécia Antiga, a Polícia representava um conjunto de instituições que governavam a cidade (pólis), e apesar de haver originado o vocábulo “Polícia”, a sociedade grega foi a que menos se utilizou das atividades policiais.

Há registros de que Roma era policiada por sete “*Coortes Vigilum*”, onde cada qual era composta de mil homens com a missão de manter a disciplina da vida social, a ordem pública e proteção dos cidadãos (MARCINEIRO, 2005, p. 24).

Já na Idade Média o controle social era exercido pelos exércitos, que por sua vez, eram coordenados e subordinados aos Senhores Feudais, à Igreja, e depois da Reforma, subordinados também aos Monarcas Absolutistas. A sua missão era a manutenção de seus superiores no poder, garantindo ainda a defesa do território e intimidação do povo.

Ao chegar ao Estado Moderno surgiu o embrião da Polícia da atualidade, baseado nos princípios do Estado de Direito e da Declaração dos Direitos Humanos.

Oficialmente, a criação da organização Policial ocorreu em 1829 promovida pelo Primeiro Ministro da Inglaterra, o então *Sir Robert Pell*, devendo a mesma ser: estável, eficaz, organizada e militarmente debaixo do controle do Governo para prevenir o crime cooperando com a comunidade.

Os princípios da Polícia Moderna expressos pelo seu criador foram copiados pela cidade de Nova Iorque - EUA, por ocasião da criação do corpo de Polícia Municipal em 1833, logo, de acordo com Marcineiro (2001, p. 26), “o teste da eficiência da polícia será pela ausência do crime e da desordem, e não pela capacidade de força de reprimir esses problemas”.

A EVOLUÇÃO DA ESSÊNCIA DA ATIVIDADE POLICIAL

No passado, a função policial na sociedade era atender as demandas relacionadas às desordens e emergências sociais, por meio da execução de policiamento ostensivo a pé, durante os quais era possível ouvir a comunidade onde o policiamento era executado, com isso tomavam conhecimento dos problemas dos

residentes e donos de negócios do local (SKOGAN apud ROSENBAUM, 2002, p. 27-55).

Todavia, com o aumento dos crimes graves combinada à centralização burocrática da polícia, e acrescida da necessidade e obrigação de aumentar a eficiência no atendimento das solicitações dessas ocorrências policiais, as demandas de desordem e outros problemas amenos caíram para segundo plano, isto é, deixaram de ser o único foco da polícia.

Assim sendo, no transcorrer da história vários estudiosos da atividade policial concluíram que o prejuízo da perda de credibilidade do serviço policial e o distanciamento da população com o mesmo, vêm sendo ocasionado pela atuação reativa dos órgãos policiais.

Seguindo essa linha de estudo Poncioni (2007, p. 22-31), acredita que o atual modelo de profissionalização policial estabeleceu apenas um entrelaçamento do burocrático militar com o da aplicação da lei, fator esse que induz a polícia para o trabalho reativo, levando o policial que atua na rua a ser imparcial no trato com a aplicação da lei, sendo neutro e distante.

Através do estudo “as estratégias tradicionais da polícia” de Skolnick e Bayley³, foi possível observar que a atuação reativa do policial, mesmo que com o intuito de controlar e reduzir o crime, não tem obtido resultados positivos, nem quanto à eficiência nem para o atendimento e muito menos para a imagem da polícia, pois, todas as estratégias policiais empregadas, tais como o aumento do efetivo policial na rua; patrulhamento motorizado aleatório; patrulhamento direcionado em áreas críticas; policial em patrulha; melhoria do tempo resposta dos chamados (solicitações de atendimento de ocorrências) e resolução de crimes a partir de investigação não resultou nos objetivos desejados, porque não preveniram o crime, já que a polícia é acionada apenas depois do ocorrido com a saída do infrator da cena do crime e enquanto a vítima se recupera e/ou se liberta do choque de haver sido vitimizada.

³SKOLNICK, J. H; BAYLEY, D.H. *Nova Polícia: inovações na Polícia de seis cidades norte-americanas*. Tradução de Geraldo G. de Souza. São Paulo: EdUSP, 2006 (1ª reimpressão). p. 18-20 (Série Polícia e Sociedade, n.º 2).

A Polícia no Brasil

Os primeiros indícios da Polícia Brasileira foram registrados a partir da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, pois, Dom João VI trouxe consigo a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia.

Em 1831, o Regente Padre Diogo Antonio Feijó, conclamou os Governos provinciais a extinguir todos os corpos de policiais e substituí-los por um corpo municipal voluntário por província, a qual deveria ser hierarquizada e disciplinada e ainda composta por voluntários com dedicação exclusiva e integral.

Em 1834, com a Lei Imperial n.º 16, conhecida como *Acto Adicional*, foi delegado às Assembléias Legislativas Provinciais e competência para legislar sobre a Polícia e a Economia municipal, logo, foram criadas nas províncias as Forças Policiais para atender desejos da Monarquia.

Pela Lei Imperial n.º 105 de 15/11/1840, foi definido o termo “Polícia”, compreendendo a Polícia Municipal e a Administrativa, pois, a Polícia Judiciária naquela época era exercida pelos Magistrados a exemplo dos Juízes de Paz.

Para Askoul (1998, p. 79) a Polícia Judiciária surgiu como organização em 1841 através da Lei n.º 261 de 03/12/1841, quando criou para cada província um Chefe de Polícia com Delegados e Subdelegados oriundos no seio dos cidadãos.

Durante o período Imperial o Brasil viu sua Força Policial passar por muitos conflitos e passou a atuar no campo de Defesa Interna e da Segurança Nacional.

Em 1889 foi promulgada a República pelo Decreto n.º 1 de 15/11, responsabilizava os Governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança pública e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos (art. 5º).

Atualmente, o Brasil vive um Estado Democrático de Direito onde há preocupação com a manutenção de um estado de normalidade social e jurídica promovendo uma ordem para que a sociedade viva em harmonia. E esta ordem é chamada de Ordem Pública segundo Lazzarini (1999, p. 21), composta de três elementos que são:

1. Segurança Pública (estado antidelitual, com observância das leis e ações de polícia repressiva e preventiva);
2. Tranquilidade pública (direito da pessoa em viver sem incômodos);
3. Salubridade pública (estado de sanidade e higiene do lugar).

Partindo do conceito de Ordem Pública dado por Meirelles (1987, p. 157): “Ordem Pública é a situação de tranquilidade e normalidade que o Estado assegura – ou dever assegurar – [...] a todos [...], consoantes as normas jurídicas legalmente estabelecidas.”

Para Rolland (2005, p. 44-45)⁴ é função da Polícia: preservar a Ordem Pública, tomando providências no sentido de

assegurar a boa ordem, isto é, a tranquilidade pública, a segurança pública e a salubridade pública, concluindo, então, por asseverar que assegurar a ordem pública é, em suma, assegurar as três coisas, pois a ordem pública é tudo aquilo, nada mais do que aquilo.

Diante o exposto, a Polícia, atua na preservação da Ordem Pública quando labora em prol da manutenção do estado de normalidade e na restauração do mesmo quando existe algum fato que esteja prejudicando tal estado.

O conceito de Polícia vem sendo definido por diversos autores, dentre os quais se destaca Lazzarini ao afirmar que:

O conjunto de instituições, fundadas pelo Estado, para que, segundo as prescrições legais e regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantido-se a propriedade e outros direitos individuais. (1987, p. 137)

E complementando o anteriormente dito, Santiago (2005, p. 47) diz que a Polícia é “a parte da administração pública destinada a garantir os direitos individuais e a assegurar a estabilidade da ordem pública, restabelecendo-a quando perturbada.”

Assim podemos concluir que a sociedade atual entrega à sua polícia a responsabilidade de zelar, a qualquer hora do dia ou noite, pela preservação da paz e da tranqüilidade, a qual engloba a proteção da liberdade e segurança individual de todos os seres humanos independentemente do grupo que pertençam.

⁴ ROLLAND, Louis, apud MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. *Polícia Comunitária: evoluindo para a Polícia do Século XXI*. Florianópolis: Insular. 2015, p. 44-45.

Partindo dos conceitos expressos anteriormente, e com a necessidade de se adentrar, especificadamente, no tema deste artigo, necessário se faz passear pelos diagnósticos da segurança pública do Estado de Mato Grosso, em especial, de Nova Mutum, foi possível observar que anualmente desde o ano de 2010 os índices de criminalidade, inclusive da incidência de ocorrências não criminais vem aumentando.

Em estudos contemporâneos também observamos que as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar são consideradas ineficientes e ineficazes para estabelecer ou restabelecer a paz social, a ordem, a segurança pública e a qualidade de vida da população.

Tanto o cenário de crimes quanto o de desordem prevalece no seio da sociedade o sentimento de medo e de insegurança frente aos conflitos sociais, ora criminais e ora não criminais que deságua nas sensações de insatisfação provocada pela incerteza do atendimento e pela baixa qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar (SOUZA, 2012, p. 390-410).

Ao tomar conhecimento do artigo denominado de “O serviço policial, os conflitos sociais e o foco de atuação do policiamento de rádio patrulha em Cuiabá”⁵, combinada a necessidade de produzir um trabalho técnico científico ao final do Curso Superior de Polícia com Ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior Trabalho de Comando, buscamos por meio deste, assim como Souza (2012, p. 390-410).

A melhoria da qualidade do serviço policial a partir do conhecimento de qual era a percepção dos Policiais Militares de Nova Mutum que desempenhavam a atividade de rádio patrulha naquele município, neste caso foi realizada uma pesquisa de campo por meio de questionário aplicado naquela localidade para a obtenção do almejado fim, sendo necessário saber dos pensamentos e do comportamento desses Policiais Militares no trato da população enquanto atendem as ocorrências criminais e não criminais.

O MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM - MT E O CENÁRIO POLICIAL MILITAR

⁵ SOUZA, Clecimar S. Rabelo. O serviço policial, os conflitos sociais e o foco de atuação do policiamento de rádio patrulha em Cuiabá. São Paulo: *Revista Brasileira. Segurança Pública*, v. 6, n.º 2, 390-411 Ago/Set 2012.

O município de Nova Mutum antes de sua colonização era uma região conhecida como "Irmandade" e pertencia a Jorge Rachid Jaudy. Em 1966 um grupo de empresários paulistas liderados por José Aparecido Ribeiro, adquiriu aproximadamente 169 mil hectares no município de Diamantino constituindo assim a Mutum Agropecuária S/A.

Com o projeto autorizado pela SUDAM, 120 mil hectares daquele terreno foram destinados a pecuária, sendo 54 mil hectares de pastagens e 60 mil hectares para reservas florestais, restando 56 mil hectares para futuras ampliações e implantado definitivamente em 1981.

Devido à extensão daquela área foi oportunizado aos novos pioneiros o desenvolvimento de cultivo de arroz, milho e soja em 1974.

Muito tempo passou-se pessoas de outras regiões brasileiras migraram para Nova Mutum e ali fixaram-se trabalhando para transformar uma região, que até então, seria apenas área de pecuária e agricultura e hoje é reconhecida pela qualidade de vida de seus habitantes.

Vários seguimentos dos Poderes: Executivo e Judiciário estão presentes naquele município, a exemplo dos órgãos da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e Polícia Judiciária Civil) e do Fórum de Nova Mutum.

Nos dias atuais, o Batalhão de Polícia Militar ali instalado conta com 32 (trinta e dois) policiais militares exercendo a função de rádio patrulhamento naquela localidade, dentre os quais atingimos uma amostra de 21 (vinte e um) entrevistados que participaram da pesquisa por meio de questionário.

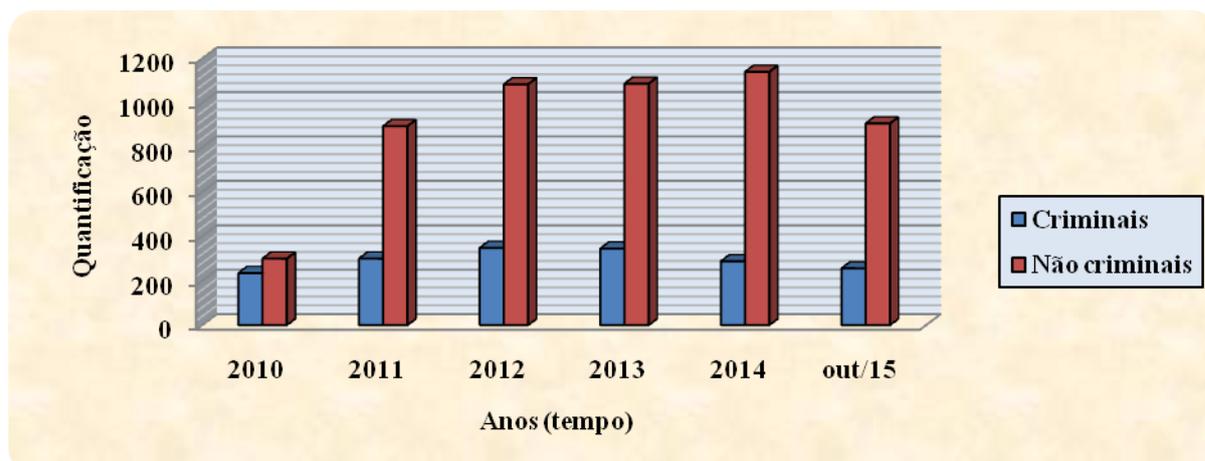
DO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM-MT

Visando obter dados sobre o atendimento de ocorrências pelos policiais militares em Nova Mutum foi feita uma busca de informações junto ao 26º Batalhão de Polícia Militar daquela localidade, e onde, o Comandante disponibilizou os arquivos da seção administrativa, haja vista, a não realização de levantamentos estatísticos distinguindo a quantidade de ocorrências atendidas da quantidade de solicitações que chegam até o disque PM- 190.

Foi com a ajuda de um policial militar da r. seção que foi possível obter a totalidade das ocorrências atendidas desde o ano de 2010 até o mês de realização da pesquisa aplicada aos policiais militares do rádio patrulhamento daquele município.

Cumprе salientar que devido às deficiências físicas e tecnológicas da c. unidade não foi possível compilar dados sobre a quantidade de solicitações de atendimento que foram anunciadas pelo número 190 ou, pessoalmente, pelos solicitantes fosse diretamente ao policial do rádio patrulhamento fosse requerida na base da unidade policial em destaque, logo, temos neste caso, com certeza, as cifras negras (a existência de ocorrências policiais não registradas).

Mas insta destacar que com o desenvolvimento do c. município, combinado ao aumento da população, o aumento da criminalidade foi uma consequência, conforme gráfico adiante:



Fonte: Seção Administrativa do 26º Batalhão de Polícia Militar em Nova Mutum.

Gráfico 1: Ocorrências atendidas nos anos de 2010 a out/2015.

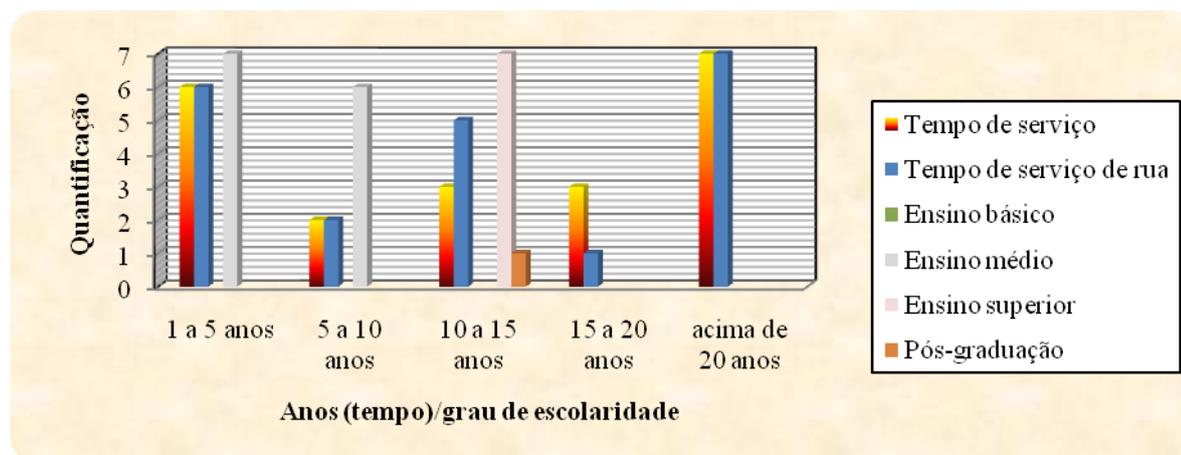
Similarmente ao artigo de Souza (2012, p. 390-410), constatamos que as ocorrências ocasionadas por demandas não criminais representam a maioria dos atendimentos no período de 2010 a outubro do corrente ano, donde observamos a diminuição das ocorrências criminais e o aumento das não criminais do ano de 2013 e 2014, respectivamente.

Os indicadores são preocupantes, pois as ocorrências não criminais representam 77% dos atendimentos policiais em Nova Mutum, para tanto, assim como no estudo anteriormente realizado, Souza sugere:

Aos administradores da polícia que revejam suas estratégias operacionais e compreendam que distribuir viaturas e policiais na rua, pensando que o seu foco de preocupação é o crime e o seu foco de atuação invertida, além de ser desfavorável ao desempenho policial, tem influenciado o pensamento e o comportamento da maioria dos policiais militares do serviço de rua. (2012, p. 395)

Dando continuidade a essa discussão sabemos que há outros problemas que interferem na qualidade do atendimento à população, a exemplo dos cursos feitos pelo policial e o seu grau de instrução, já que a instituição policial militar do Estado continua a desconsiderar a importância e a necessidade de preparar melhor e habilitar o policial de rua para atender a maioria dos conflitos, em especial, as ocorrências não criminais.

Para melhor ilustrar segue abaixo um gráfico exemplificativo do tempo de serviço e qualificação dos entrevistados:



Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

Gráfico 2: Especificidade e qualificação dos Policiais Militares que participaram da pesquisa - Nova Mutum 2015.

Passando para análise dos dados do gráfico acima podemos concluir que se trata de um grupo que atende originalmente ao quesito obrigatório dos últimos concursos de inclusão nos quadros da Polícia Militar, ou seja, possuir o ensino médio (antigo 2º grau), porém, institucionalmente muitos deles possuem apenas o curso de formação de Soldados ou Cabo ou Oficial.

E dentre o grupo que participou da pesquisa foi registrado que boa parte possui um curso de graduação, assim como os demais graduados porque buscou pelos seus próprios meios a pós-graduação, pois a Instituição Polícia Militar do Estado de Mato Grosso oferece apenas o Curso de Formação de Oficiais como nível superior, o qual se acessa através de concurso público aberto a toda a sociedade brasileira.

Entendemos ser positivo o aprimoramento (aperfeiçoamento) e ensino dos policiais militares em qualquer faixa de tempo de serviço, buscamos dados sobre os anseios dos policiais militares de Nova Mutum quanto a realização de cursos, e partindo desse desejo, obtivemos o seguinte resultado:

Institucionais						Não institucionais
COR	Inteligência	1) Tiro Policial 2) Abordagem Policial 3) CFO 4) CCRT/Choque	CATE	1) COESP 2) Uso da Força	Outros	Diversos
8	5	16	3	4	12	12

Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

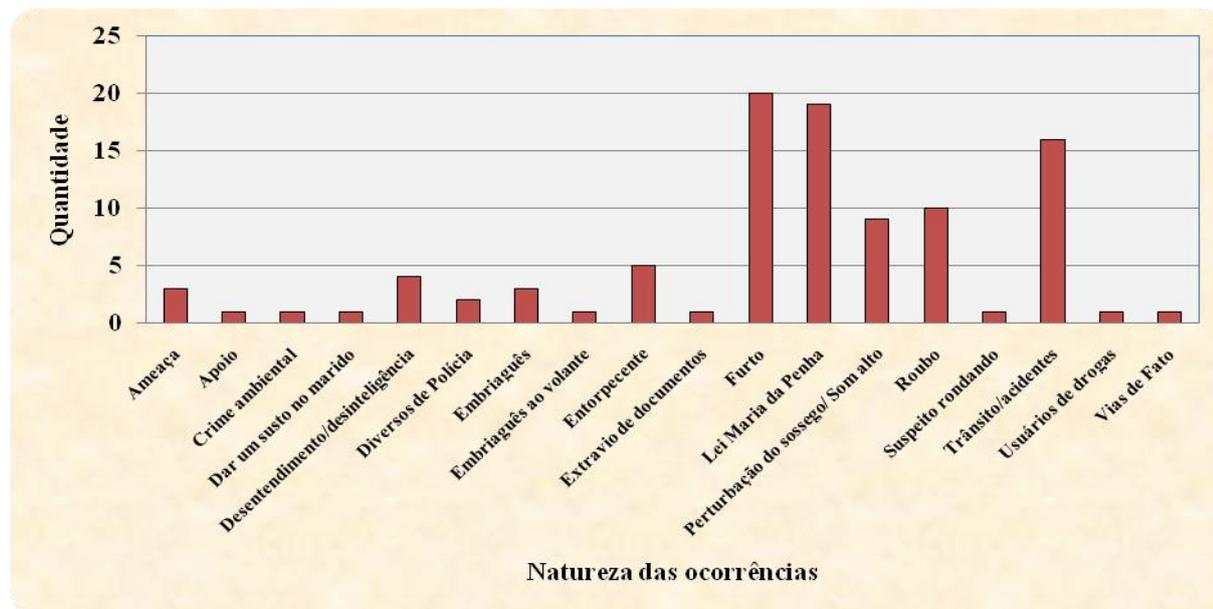
Quadro 1: Cursos aspirados pelos Policias Militares de Nova Mutum em 2015.

Segundo dados expressos no quadro 1 existe um grande interesse da tropa de Nova Mutum em participar de cursos de formação e aperfeiçoamento institucionais, em especial, os cursos das unidades especializadas, a exemplar do: Curso de Operações ROTAM; Curso de Capacitação de Rondas Táticas; Choque e Curso de Operações Especiais. Confirmando o interesse daqueles policiais militares em se especializar e por conseqüência melhorar suas técnicas e beneficiar a sociedade.

DAS PECULIARIDADES DAS SOLICITAÇÕES DE ATENDIMENTO POLICIAL MILITAR EM NOVA MUTUM

Segundo a pesquisa aplicada aos policiais militares do rádio patrulhamento em Nova Mutum, as solicitações de atendimento que chegam até a unidade policial militar pela linha telefônica 190 ou pessoalmente na unidade, ou mesmo diretamente à guarnição do rádio patrulhamento, a grande maioria foi de natureza criminal o que é um contraponto quanto ao registrado em boletins de ocorrência, demonstrado no Gráfico 1, haja vista, que a quantidade de ocorrências não criminais atendidas foi muito superior às criminais.

E para ilustrar segue abaixo o gráfico sobre as incidências de solicitações que chegam ao conhecimento do Batalhão de Polícia Militar para serem repassadas aos policiais militares que trabalham no rádio patrulhamento:



Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

Gráfico 3: Incidências de solicitações de ocorrências atendidas normalmente - Nova Mutum 2015.

DA PERCEÇÃO E O COMPORTAMENTO DO POLICIAL MILITAR EM NOVA MUTUM

No confronto entre o registro de ocorrências e as solicitações que chegam até o conhecimento do serviço operacional do batalhão de Nova Mutum, podemos entender que a maioria das ocorrências não criminais foram atendidas pelos policiais militares do rádio patrulhamento, fossem eles acionados através da unidade sede fossem eles solicitados diretamente pela sociedade no transcurso da ronda. Logo, esse confronto foi em parte prejudicado devido à deficiência da unidade em armazenar o registro das solicitações em sistemas confiáveis.

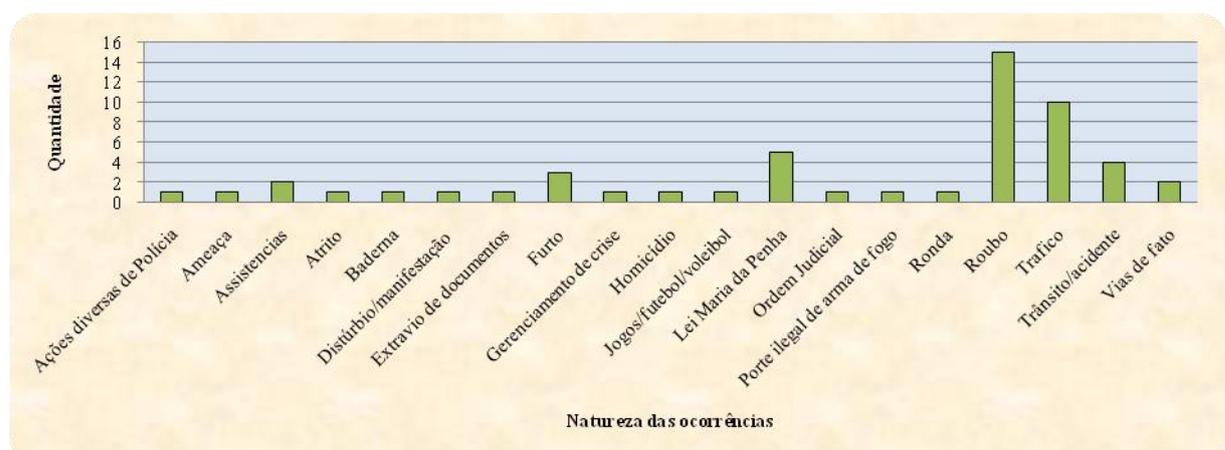
Embora esses chamados tenham sido atendidos, seguindo a temática deste estudo na busca da percepção e comportamento do policial militar no atendimento de ocorrências policiais criminais, bem como, das não criminais, a partir das respostas ao questionário aplicado fomos surpreendidos com a particularidade no entendimento dos policiais militares do rádio patrulhamento em Nova Mutum sobre a priorização das ocorrências, pois, a grande maioria afirmou que a prioridade de

atendimento eram os crimes e violências diversas, característica de flagrância da situação, combinado a certeza de que o infrator (se detido pela PM) ficaria preso na Delegacia de Polícia Judiciária Civil.

Quanto às demais naturezas de ocorrências disponibilizadas aos policiais militares para a classificação de priorização percebemos um empate entre as ocorrências envolvendo tráfico de entorpecente; desordem; rixas/atritos/assistências e distúrbios/manifestações grevistas; donde podemos extrair os fatores que foram demonstrados no gráfico 1, sendo possível comprovar com os gráficos 3 e 4 que o serviço de rádio patrulhamento atende e registra mais ocorrências não criminais do que as criminais.

Até agora foram envidados esforços sobre o que o policial militar de rádio patrulhamento em Nova Mutum executa ou pratica durante o serviço operacional naquele município e a partir deste momento, voltando-nos totalmente para o tema do presente artigo buscaremos demonstrar qual o anseio e por consequência o comportamento do policial militar quanto às ocorrências por eles atendidas no cotidiano.

Dentre todas as ocorrências atendidas pelos policiais militares em Nova Mutum, sempre, no seio da tropa, serão eleitas as ocorrências que mais gostam de atender e as que menos se interessam em deslocar para o atendimento, conforme veremos os gráficos a seguir:



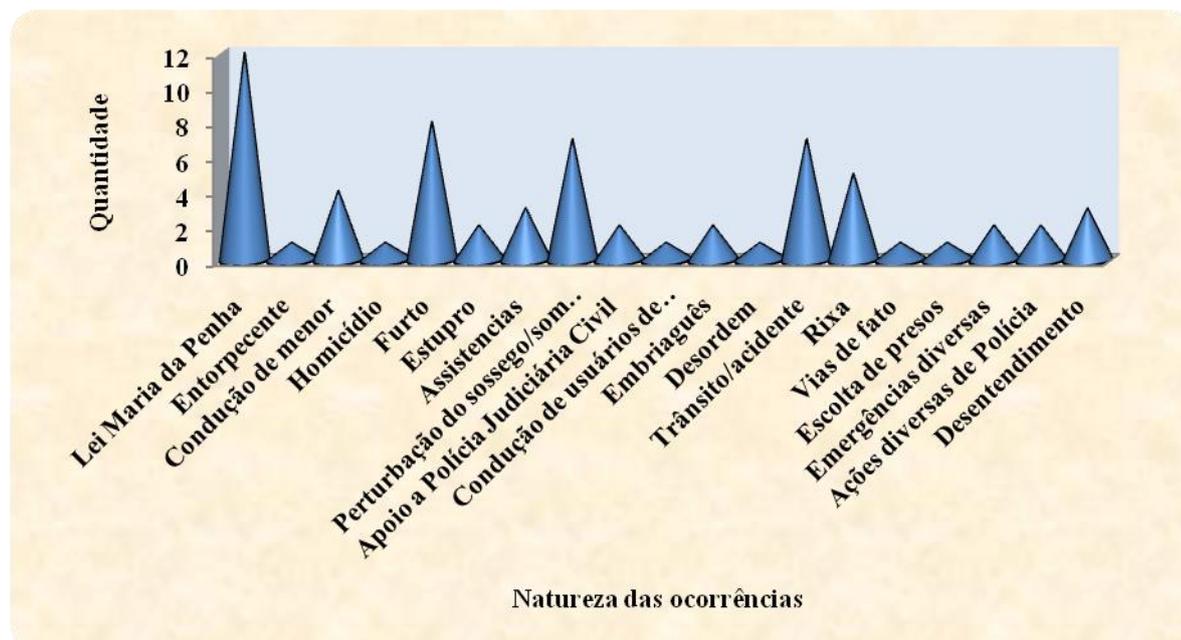
Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

Gráfico 4: As ocorrências que os Policiais Militares de Nova Mutum mais gostam de atender – 2015.

Com diferenças claras podemos vislumbrar que os entrevistados gostam de atender as ocorrências criminais a exemplo do roubo e tráfico de entorpecentes, seguidos pelos crimes de violências domésticas, tipificados na Lei Maria da Penha. Porém na sequência, os policiais militares do rádio patrulhamento em Nova Mutum ainda envidam esforços para atender os casos de acidentes de trânsito (com ou sem vítimas), vias de fato e furtos.

Apesar de não acreditarem ser responsáveis pelo atendimento de ocorrências de trânsito, uma vez que se julgam não qualificados para um serviço em que os envolvidos ou parentes das vítimas querem pareceres de Peritos, os policiais militares ainda se sentem impotentes nos casos de via de fato e furto porque quase ninguém é detido e ainda os que permanecem no local não delatam os malfeitores e em caso de furto a vítima tem dificuldade, às vezes, em afirmar onde, quando e quem poderia ter cometido o delito.

Dando sequência ao assunto, segue abaixo o gráfico em que são demonstradas as ocorrências que os policiais militares de Nova Mutum não gostam de atender:

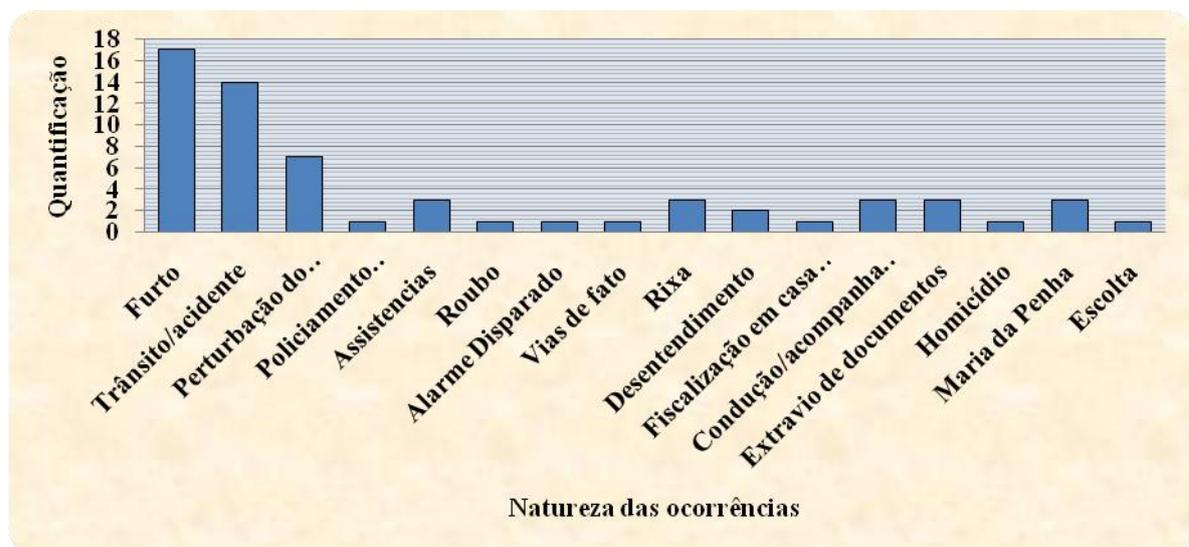


Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

Gráfico 5: As ocorrências que os Policiais Militares de Nova Mutum menos gostam de atender - 2015.

Ao analisar os dados é possível vislumbrar que os policiais militares em Nova Mutum, muito embora cinco policiais militares tenham afirmado de acordo com o gráfico 4 que gostavam de atender ocorrências de violência doméstica; no resultado do gráfico, foi possível constatar que 12 policiais, dentro de uma amostra de 21 policiais não gostam de atender as ocorrências envolvendo o crime previsto na Lei Maria da Penha, bem como, de furto, de trânsito/acidentes, de perturbação do sossego/som alto, de rixa e de desentendimento. Eles têm atendido, na mesma proporção em que as solicitações chegam, conforme poderemos observar se compararmos os gráficos 3 e 5.

Tendo como intenção enriquecer o trabalho buscamos junto aos policiais militares que participaram da amostra pesquisada, informações sobre quais as naturezas de ocorrências que eles gostariam que deixassem de ser atendidas, donde podemos aproveitar os seguintes resultados:



Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

Gráfico 6: Ocorrências que os Policiais Militares de Nova Mutum gostariam que deixassem de ser atendidas pela PMMT - 2015.

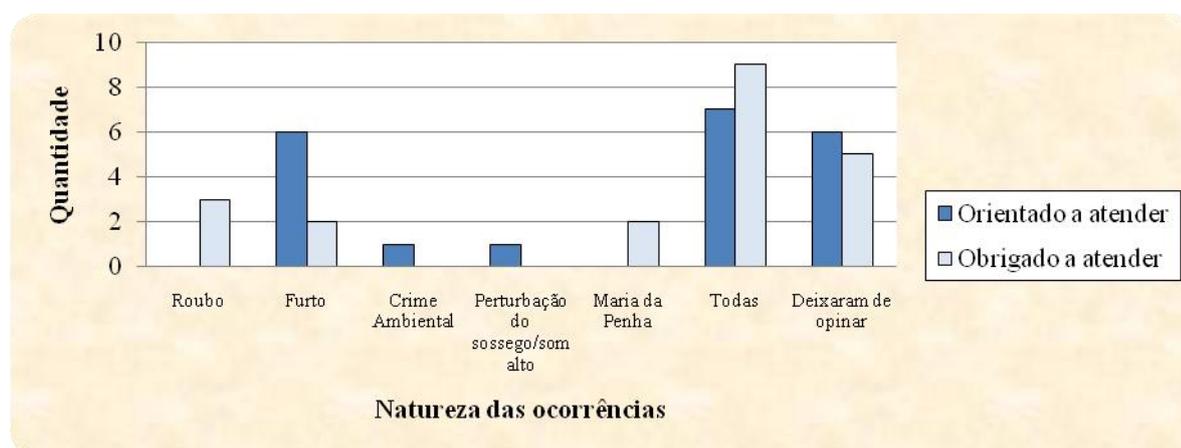
Passando a analisar o gráfico acima combinado às informações discorridas a partir dos gráficos 3 e 5, podemos concluir que mesmo atendendo todas as ocorrências de furto, trânsito (com e sem vítimas), perturbação do sossego/som alto, rixa, extravio de documentos e crimes de violência doméstica, os policiais militares do rádio patrulhamento em Nova Mutum não gostam de atendê-las e prefeririam

que essas naturezas de ocorrências deixassem de ser atendidas pela Polícia Militar em Mato Grosso, por motivos já expressos anteriormente.

Os resultados ora obtidos são similares aos auferidos por Souza (2012, p. 398), já se denotando por eles que assim como os policiais militares de Cuiabá os de Nova Mutum. Por atuarem sob o enfoque do modelo tradicional de policiamento, isto é, de forma reativa⁶ e repressiva, dão menos importância às ocorrências não criminais apesar de não deixar de atendê-las, porém, dedicam-se e preocupam-se muito com as ocorrências criminais devido à alta possibilidade de detenção do criminoso.

Agravando ainda mais tal cenário, pondo em ênfase o que a Polícia Militar estabelece na aplicação da lei, no descaso e no desinteresse destinado ao relacionamento entre policiais militares e a população.

Finalizando os dados obtidos a partir da pesquisa realizada no mês de outubro do corrente ano, segue abaixo as respostas aos seguintes questionamentos: quais as ocorrências que o Comando recomenda e determina o atendimento pelas guarnições de rádio patrulhamento em Nova Mutum, e o resultado segue demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: Pesquisa realizada de 01 a 30/10/2015 com os Policiais Militares de Nova Mutum-MT.

Gráfico 7: Recomendação e determinação de atendimento de Ocorrências em Nova Mutum – 2015.

⁶ Faz parte de uma ideologia que se baseia na reação do aparato policial frente à quebra da ordem pública. Geralmente, neste cenário não há preocupação com a prevenção, limitando-se a atender os chamados de emergência. Naturalmente, ainda possui característica repressiva (restrição da liberdade – prévia aplicação da lei).

O FOCO A SER PERSEGUIDO PELO POLICIAMENTO DE RÁDIO PATRULHAMENTO EM NOVA MUTUM

Souza ditou que:

Atender com qualidade, ser atencioso, educado, demonstrar interesse, preocupação, respeitar, defender e promover os direitos humanos e estar disposto a servir e proteger a população deveriam ser as principais prioridades da polícia. Entretanto, dirigentes e policiais não reconhecem a importância dos conflitos não criminais que incomodam, interferem e afeta a paz, a tranquilidade, a ordem pública e conseqüentemente comprometem a qualidade de vida e a segurança da população. (2012, p. 398)

Lembrando o teor das informações do gráfico 1 deste artigo, onde foi demonstrado que cerca de 77% das ocorrências atendidas pela Polícia Militar em Nova Mutum eram de natureza não criminal, deixa claro a necessidade do policial militar em estar apto a atender essas solicitações, já que representaria o atendimento inicial e, se realizado sem atenção, cautela, educação e interesse, poderia ocasionar em maiores traumas para o cidadão vitimado. Um atendimento desleixado resultaria em descontentamento (insatisfação), por parte do cidadão atendido e ineficiência do atendimento.

Partindo da porcentagem acima apresentada, entendemos que os administradores da polícia deveriam verter seus pensamentos para o trato das emergências sociais (desordem, brigas domésticas, etc.) e de saúde, no qual vários estudiosos afirmam que a desordem está intimamente ligada ao crime, e que a atuação policial se vertida para inibir a desordem poderia ser um estratégia indireta, entretanto eficaz contra o crime.

O atendimento das demandas de desentendimentos, trânsito/acidentes com e sem vítimas, embriaguês, etc., já esboçados no gráfico 3 é necessário para se evitar que eles evoluam para a ocorrências criminais, pois, dando a devida importância à prevenção através de ações orientada, dentre, outros levantamentos informativos de inteligência e policiamento direcionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como no estudo de Souza (2012, p. 390-410), a proposta deste trabalho foi o de conhecer a percepção dos policiais militares do rádio patrulhamento em Nova Mutum no atendimento de ocorrências policiais para possibilitar um comparativo entre as percepções do presente trabalho com o referenciado neste parágrafo.

Ao lembrar que a Polícia nasceu para tratar das desordens sociais, contudo, devido à ingerência de seus administradores os policiais militares voltaram-se ao atendimento das ocorrências criminais, afastando-se da população e do atendimento de suas demandas não criminais.

Em Cuiabá o aludido afastamento decorreu em uma grande insatisfação da população quanto ao atendimento ou falta de atendimento de suas demandas não criminais, todavia em Nova Mutum esse afastamento não foi comprovado, tendo em vista que, todas as solicitações de atendimento de ocorrências policiais dentro da capacidade da unidade daquele município foram atendidos pelos policiais militares do rádio patrulhamento, desde que tivessem tomado conhecimento. Assim sendo, a insatisfação da população também não foi verificada naquela localidade.

O desinteresse ou rejeição do policial pelo atendimento das ocorrências não criminais não foi constatado em Nova Mutum, uma vez que os policiais militares daquele município não deixam de atendê-las, considerando-se, o sentimento de inclusão naquela sociedade, ensejando um maior contato com as pessoas do local.

Em decorrência disso, recomendamos que os Comandantes das unidades, cotidianamente recomendem ou determinem aos policiais do rádio patrulhamento que devam atender a todas as ocorrências policiais que tomarem conhecimento dentro de seu turno de serviço, pois essa prática tem surtido resultados positivos dentre os policiais militares que participaram da pesquisa de campo no 26º Batalhão de Polícia Militar.

Apesar de tudo, o sinal de alerta foi aceso porque o município de Nova Mutum não vai deixar de crescer e os problemas que exigem a atenção da Polícia

Militar também sofrerão aumentos, logo, os administradores da polícia devem buscar meios de promover o interesse da tropa em continuar a atender as ocorrências de natureza não criminal fazendo-os entender que elas representam ações de prevenção social e incentivo a aproximação do cidadão com a PM-MT, promovendo em contrapartida, ações de recompensa e valorização do policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASKOUL, Marco Antonio. Os conflitos da dicotomia policial estadual. **Unidade**. Porto Alegre, n.º 36. 1998.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formação. Explicitação das Normas da ABNT. 14ª Ed. Porto Alegre: Brasul, 2005

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAZZARINI, Álvaro. **Direito administrativo a ordem pública**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. O Corpo de Bombeiros Militar como instrumento de defesa da cidadania. **Força Policial**. São Paulo, n.º 24. 1999.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a Polícia do Século XXI**. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCINEIRO, Nazareno. **Princípios da Polícia Moderna Peel**. Florianópolis, 2001. (CD-ROM. MS Word 2000).

MEIRELLES, Hely Lopes. **Polícia de Manutenção da Ordem Pública e suas atribuições**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SANTIAGO, Carlos A, apud MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a Polícia do Século XXI**. Florianópolis: Insular. 2005.

SKOGAN, Wesley G. **A mudança no papel da Polícia: avaliando a transição para o policiamento comunitário**. Tradução de Geraldo G. de Souza. São Paulo: EdUSP, 2002. (Série Polícia e Sociedade, n.º 4).

SKOLNICK, J. H; BAYLEY, D.H. **Nova Polícia: inovações na Polícia de seis cidades norte-americanas**. Tradução de Geraldo G. de Souza. São Paulo: EdUSP, 2006 (1ª reimpressão). (Série Polícia e Sociedade, n.º 2).

SOUZA, Clecimar S. Rabelo. O serviço policial, os conflitos sociais e o foco de atuação do policiamento de rádio patrulha em Cuiabá. São Paulo: **Revista Brasileira. Segurança Pública**, v. 6, n.º 2, 390-411 Ago/Set 2012.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, edição 1, 2007.